

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

BRAILLE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

BRILLE

DISCIPLINA:
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
RESUMO
Nas últimas décadas, o direito de todos à educação vem sendo debatido de forma integral. Isso quer dizer que o sistema educacional, estratégias metodológicas e ações educacionais estão sendo revistas e atualizadas. Uma das principais mudanças é o foco na inclusão escolar. Veremos todos os contextos e abordagens referentes ao atendimento educacional especializado nos diferentes níveis e modalidades de ensino nesta disciplina.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INCLUSÃO ESCOLAR NOS CONTEXTOS COMUM E ESPECIAL: O PAPEL DO PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: AÇÕES COLABORATIVAS EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM MEDIADA METODOLOGIAS EXPOSITIVA E DIALÉTICA METODOLOGIAS ATIVAS
AULA 2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E CONVENÇÕES MUNDIAIS: INCLUSÃO ESCOLAR DIRETRIZES EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO BRASIL ASPECTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INSERIDOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: 2011-2020
AULA 3 O PAPEL DOCENTE NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: MATERIAIS ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: AVALIAÇÃO ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: O PLANO DE ATENDIMENTO ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS: ATENDIMENTO
AULA 4 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM SURDEZ ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E BAIXA VISÃO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM
TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

AULA 5

ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM
RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E
AUMENTATIVA
TECNOLOGIA ASSISTIVA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS AOS ALUNOS COM ALTAS
HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO
MATERIAL DIDÁTICO: ALUNOS COM SURDOCEGUEIRA

AULA 6

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DA DEFICIÊNCIA
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DOS TRANSTORNOS GLOBAIS DO
DESENVOLVIMENTO
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO
PLANEJAMENTO NA FLEXIBILIZAÇÃO: METODOLÓGICA, AVALIATIVA E/OU
CURRICULAR

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, S.; ALMEIDA, M. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Educação Especial, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 341-352, 2014.
- BENITEZ, P., DOMENICONI, C. Consultoria colaborativa: estratégias para o ensino de leitura e escrita. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 18, n. 3, p. 141-155, 2016.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DISCIPLINA:

DIFICULDADES E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

RESUMO

Começamos nossos estudos procurando apresentar um pouco o que aprendemos. Aprender é o verbo de ação que dá origem ao substantivo aprendizagem. Isso significa que aprendizagem é o ato de aprender. Há um esforço. Há uma ação que pode ser definida como ato de interação entre o sujeito e o que será aprendido. Dessa forma, precisamos desvendar um pouco como se realiza a aprendizagem. Na verdade, procuraremos apresentar algumas concepções, ou seja, modos de apresentar a condição de aprender.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL
PSICOLOGIA DA FORMA/FIGURA
PSICOLOGIA COGNITIVA
PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E PSICOGÊNESE

AULA 2

DIFICULDADES/PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

TRANSTORNOS/DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM
CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID 11)
MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS (DSM-5)

AULA 3

FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: PERÍODOS HISTÓRICOS
LESÕES CEREBRAIS
TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO

AULA 4

PLASTICIDADE NEURAL E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM
NEUROTRANSMISSORES
PROCESSOS NEUROLÓGICOS DA APRENDIZAGEM
ARQUITETURA NEURONAL NA INFÂNCIA

AULA 5

DISLEXIA
DISGRAFIA E DISORTOGRAFIA
DISCALCULIA
TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH)

AULA 6

DISLALIA E O PAPEL DO MEDIADOR
DISLEXIA E ESTIMULAÇÃO
DISGRAFIA, DISORTOGRAFIA, DISCALCULIA E A APRENDIZAGEM
TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): CAMINHOS POSSÍVEIS

BIBLIOGRAFIAS

- BASSO, C. M. Algumas reflexões sobre o ensino mediado por computadores. Disponível em: http://coral.ufsm.br/lec/02_00/Cintia-L&C4.htm.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DEL RIO, M. J. Comportamento e aprendizagem: teorias e aplicações escolares. In: COLL, C. Palacios, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Discutir políticas sociais para pessoas com deficiência e pessoas idosas faz parte do cotidiano do assistente social nos mais variados espaços de atuação profissional, pois trata-se de uma temática que permeia todos os espaços sociais. Seja em políticas como saúde, assistência social, previdência social e educação, seja em espaços como empresas, judiciário e terceiro setor, as pessoas com deficiência e idosas estão inseridas. Nesse sentido, conhecer esse público – sua realidade, particularidades, conceitos e legislações – é relevante para toda a sociedade, bem como para os profissionais do Serviço Social que

trabalham diretamente com essas demandas e devem estar preparados para atender e facilitar o acesso à informação e direitos desse público nos mais variados espaços. Assim, o assistente social busca a compreensão das pessoas idosas e com deficiência em sua integralidade, identificando sua realidade social, cultural, econômica, política e histórica, que impacta diretamente no cotidiano das pessoas e no acesso aos bens, serviços, direitos etc. Não podemos categorizar esse público com base em apenas um viés ou uma definição unilateral, mas compreender que aspectos como os econômicos e os sociais impactam diretamente na vida dessas pessoas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

POR QUE DISCUTIR PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA?
COMPREENDENDO A REALIDADE BRASILEIRA
CONCEITUANDO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
CONCEITUANDO PESSOA IDOSA
CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 2

O SUJEITO COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS
TRANSPONDO AS BARREIRAS DO PRECONCEITO
O IMPACTO DA DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO E RELAÇÕES SOCIAIS
PROTEÇÃO SOCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL
AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AULA 3

A ACESSIBILIDADE
AUTONOMIA
INCLUSÃO SOCIAL
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AULA 4

O ENVELHECIMENTO NO BRASIL
TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CONCEITO DE PESSOA IDOSA
A DESIGUALDADE SOCIAL E O ENVELHECIMENTO
HISTÓRICO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO IDOSO
PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE DIREITOS

AULA 5

DIREITOS HUMANOS DO IDOSO
POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO
ESTATUTO DO IDOSO
POLÍTICAS SOCIAIS E O IDOSO
SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO IDOSO

AULA 6

DIVERSIDADE: PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SERVIÇO SOCIAL E A GARANTIA DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À POLÍTICA DO IDOSO
ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS DEMANDAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS

BIBLIOGRAFIAS

- BITENCOURT. R. O. M. de. Políticas de assistência e previdência social voltadas à pessoa idosa: um estudo nos municípios do conselho regional de desenvolvimento do litoral norte/RS – Corede Litoral. Tese (doutorado) Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Defesa: Curitiba. 2020.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>.

DISCIPLINA:

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

RESUMO

Iremos discutir alguns aspectos históricos e conceituais acerca das tecnologias de uma forma geral, para que possamos refletir sobre as tecnologias assistivas, que se mostram como artefatos que viabilizam autonomia e acessibilidade para pessoas com deficiência. Ao tratar dessa temática, é importante pensar sobre o papel da tecnologia no nosso próprio cotidiano, na sociedade e nas diferentes culturas. Da mesma forma, é necessário compreender o quanto os recursos tecnológicos influenciam nossas vivências, nossos relacionamentos e as formas de interagirmos uns com os outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É TECNOLOGIA ASSISTIVA?

BREVE HISTÓRICO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

DESENHO UNIVERSAL

AULA 2

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LEGISLAÇÃO

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

AULA 3

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

AEE PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

AEE PARA ESTUDANTES COM TEA

AEE PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

AULA 4

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA
COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA
SISTEMAS GRÁFICOS
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E SISTEMAS PARA CAA

AULA 5

ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE
AUDIODESCRIÇÃO E CÃO-GUIA
PRODUTOS DE ALTA TECNOLOGIA E DEFICIÊNCIA VISUAL
TECNOLOGIA ASSISTIVA NA ÁREA DA SURDEZ

AULA 6

ÓRTESES
PRÓTESES E MEIOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO
ADAPTAÇÕES NO COMPUTADOR
PROJETOS ARQUITETÔNICOS PARA ACESSIBILIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BASTOS, J. A. S. L. Educação e tecnologia. Curitiba: PPGTE/CEFETPR, 1998.
- EUROPEAN COMMISSION. Empowering Users Through Assistive Technology. 1998. Disponível em <http://www.siva.it/research/eustat/index.html>.
- FELIPE, A. A. C. Reflexões sobre as mudanças sociais motivadas pelo desenvolvimento tecnológico: a necessidade de instituir uma reflexão ética na utilização das tecnologias da informação e comunicação. Biblionline, João Pessoa, v. 8, n. 2, 2012.

DISCIPLINA:

DEFICIÊNCIA VISUAL COM ÊNFASE EM BRAILLE

RESUMO

A deficiência visual, no Brasil, está presente em cerca de 18% da população, de acordo com o Censo de 2010. Dentre as pessoas que compõem a população brasileira, 24% declararam ter algum tipo de deficiência, sendo que, dessas, mais de 78% têm deficiência visual, ou seja, a maior parcela de pessoas com deficiência em nosso país é composta por deficientes visuais (IBGE, 2010). Esses dados mostram um número expressivo de pessoas que necessitam de melhores condições de vida, no que se refere a acessibilidade, reabilitação, lazer e convivência social, ou seja, há uma parcela significativa da população que precisa de atendimento na área de deficiência visual. No decorrer da história da humanidade, a deficiência foi percebida de diversas formas e as pessoas com deficiência foram, por muito tempo, excluídas da sociedade, confinadas e até mortas, por serem consideradas inaptas para o convívio social. A deficiência, caracterizada por uma alteração anormal de uma estrutura física, sensorial ou patológica, quando ocorre no sistema óptico humano, pode causar a cegueira total, ou apresentar limitações severas, evidenciando a baixa visão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS SOBRE DEFICIÊNCIA
CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA VISUAL

PRINCIPAIS CAUSAS DA DEFICIÊNCIA VISUAL
DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL E NO MUNDO

AULA 2

O DEFICIENTE NA HISTÓRIA
SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL
A EDUCAÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL
INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO

AULA 3

O PROCESSO ALFABETIZAÇÃO E A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL
O SISTEMA BRAILLE
MÃOS QUE LÊEM
A ALFABETIZAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA BRAILLE
MAIS RECURSOS PARA AUXILIAR A ALFABETIZAÇÃO EM BRAILLE

AULA 4

TECNOLOGIA ASSISTIVA
TIFLOTECNOLOGIA
RECURSOS PARA A PESSOA COM BAIXA VISÃO
RECURSOS FACILITADORES POR MEIO DA AUDIÇÃO
RECURSOS TÁTEIS – A VISÃO NA PONTA DOS DEDOS

AULA 5

OM – O QUE É? PARA QUE SERVE?
CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA APRENDIZAGEM DE OM
DESENVOLVIMENTO DAS OUTRAS PERCEPÇÕES PARA OM
PROGRAMAS DE OM PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
OM E EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

AULA 6

PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO VISUAL
AVALIANDO A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL
ESTIMULAÇÃO PRECOCE: QUANTO ANTES, MELHOR!
PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO
PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO VISUAL

BIBLIOGRAFIAS

- ACSM – American College of Sports Medicine. ACSM's exercise management for person with chronic diseases and disabilities. USA: Human Kinetics, 1997.
- BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.
- BRUNO, M. M. G.; MOTA, M. G. B. da. Colaboração: Instituto Benjamin Constant. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual. vol. 1, fascículos I – II – III. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO SOCIAL BRASILEIRA
RESUMO
Falar sobre a educação especial e a educação inclusiva é sempre um grande desafio. Este tema gera grande discussão e a necessidade cada vez maior de políticas públicas em relação a investimentos na área. A educação especial e a educação inclusiva têm que assegurar o direito de todos na participação efetiva na sociedade. No Brasil temos legislações específicas e uma história marcada por avanços quando nos referimos a esse tema, mas temos a consciência de que possuímos ainda um longo caminho para buscar a superação de alguns pontos nesse aspecto.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL, A DIFERENÇA E A TRANSIÇÃO ENTRE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO DOCUMENTOS QUE ESTIMULARAM A ADOÇÃO DO PARADIGMA INCLUSIVO A INCLUSÃO E O NOVO OLHAR SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA ALGUMAS MUDANÇAS NECESSÁRIAS NAS ESCOLAS PARA O CONTEXTO INCLUSIVO
AULA 2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – DIRETRIZES INCLUSÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM A IGUALDADE E DIVERSIDADE PRINCÍPIOS PARA ALCANÇAR A INCLUSÃO ESCOLAR E CONTEMPLAR A DIVERSIDADE
AULA 3 CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA E SOCIEDADE INCLUSIVA CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA O MINISTÉRIO PÚBLICO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EMPREGABILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
AULA 4 A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL A INCLUSÃO DO ALUNO COM DISLEXIA A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)
AULA 5 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) DESENHO UNIVERSAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA AVALIAÇÃO TRADICIONAL VERSUS AVALIAÇÃO INCLUSIVA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA INCLUSIVA

AULA 6

RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
COMPOSIÇÃO E TIPOS DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

BIBLIOGRAFIAS

- BLANCO, R. Aprendendo na diversidade: implicações educativas. In: Congresso Ibero Americano De Educação Especial, 3., 1998, Foz do Iguaçu. Anais... Disponível em: <http://entreamigos.org.br/sites/default/files/textos/Aprendendo%20na%20Diversidade%20-%20Implica%C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf>.
- FERNANDES, S. Fundamentos para Educação Especial. Curitiba: IBPEX, 2007.
- GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

DISCIPLINA:

CURRÍCULO ESCOLAR EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

RESUMO

Para entender melhor e planejar nossas ações diante dos processos inclusivos no cenário contemporâneo, faz-se necessária a compreensão de alguns aspectos do percurso da Educação Especial no Brasil, isto é, quem são os agentes nesse processo, quais são as bases curriculares e o que podemos definir como Educação Especial. Desse modo, apresentamos algumas considerações relacionadas à breve contextualização histórica da Educação Especial no Brasil, como essa prática se configura na contemporaneidade, o papel da escola nesse cenário, como se apresentam planejamento, currículo e administração escolar e, ainda, quais são as estratégias da didática e da ação docente na Educação Especial inclusiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O BRASIL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CONTEMPORANEIDADE
COMO A ESCOLA PODE SER EFICAZ PARA TODOS: PLANEJAMENTO E CURRÍCULO ESCOLAR
DIDÁTICA E AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA
A EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO ESTÍMULO ÀS TROCAS DE APRENDIZAGENS

AULA 2

CONCEITOS DE TGD E TEA
O TGD SEGUNDO ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS
PLANEJAMENTO, CURRÍCULO ESCOLAR E TGD
DIDÁTICA, AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E TEA
A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O TEA: ALÉM DA SALA DE AULA

AULA 3

TIPOS DE TDAH
VAMOS CONVERSAR SOBRE HIPERATIVIDADE, DESATENÇÃO E IMPULSIVIDADE?
CARACTERÍSTICAS NA ESCOLA

ATITUDES EM SALA PARA OS PROFESSORES E PAIS
LEGISLAÇÃO: PROJETO DE LEI

AULA 4

VOCÊ CONHECE OS SURDOS?
DEFICIÊNCIA FÍSICA. VAMOS CONVERSAR SOBRE ISSO!
DEFICIÊNCIA VISUAL
APRENDER A INCLUIR: UM DOS EXERCÍCIOS DE CIDADANIA

AULA 5

ALTAS HABILIDADE/SUPERDOTAÇÃO: CONCEITO
CARACTERÍSTICAS DO INDIVÍDUO COM ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO:
ESCOLA
LEGISLAÇÃO: LEI Nº 12.796, DE 2013
E COMO FICA O EMOCIONAL?
PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO EM NOSSA SOCIEDADE

AULA 6

CURRÍCULO FUNCIONAL NA INCLUSÃO E NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
ESCOLA INCLUSIVA
DIDÁTICA E AÇÃO DOCENTE PARA O PLANEJAMENTO DO CURRÍCULO
FUNCIONAL
ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA E ATIVIDADES DE VIDA PRÁTICA
O QUE SÃO AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS?

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- ESTANISLAU, G. M.; BRESSAN, R. A. Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber. São Paulo: Artmed, 2014.
- MATERIAIS adaptados ajudam a incluir. Nova Escola – Gestão, 1 jul. 2012. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/350/materiaisadaptados-ajudam-a-incluir>.

DISCIPLINA:

FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS E PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL

RESUMO

Nesta aula trataremos das questões relacionadas à aprendizagem, em especial seus aspectos psicológicos, com ênfase no aspecto afetivo, que envolve a identidade do aluno e sua interação com o grupo, bem como as diversas teorias que representam as formas de aprendizagem que a pessoa desenvolve no decorrer de sua vida, principalmente quando ingressa na escola, para adquirir um conhecimento sistematizado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

TEORIA DO CONSTRUTIVISMO PSICOGENÉTICO (JEAN PIAGET)
TEORIA SOCIO INTERACCIONISTA OU CONSTRUCTIVISMO (LEV VYGOTSKY)
TEORIA DA AFETIVIDADE (HENRI WALLON)
TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS (HOWARD GARDNER)

AULA 2

DEFICIÊNCIA FÍSICA NEUROMOTORA

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

SÍNDROME DE DOWN

MICROCEFALIA E SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ (VÍRUS ZIKA)

AULA 3

O QUE SÃO OS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM?

ENVOLVENDO A LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA

ENVOLVENDO A LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA

ENVOLVENDO A MATEMÁTICA

AULA 4

TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA

SÍNDROME DO DESENVOLVIMENTO DESINTEGRATIVO DA INFÂNCIA (SÍNDROME DE HELLER)

TDHA (TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE)

DEPRESSÃO INFANTIL

AULA 5

FATORES PRÉ-NATAIS

FATORES PERINATAIS

FATORES NEONATAIS

FATORES PÓS-NATAIS

AULA 6

RESPEITO À DIVERSIDADE E CIDADANIA

AMBIENTE EM QUE O ALUNO VIVE/CURRÍCULO DA ESCOLA INCLUSIVA

PROFESSOR COMO MEDIADOR

AUTONOMIA E INSERÇÃO PROFISSIONAL DO PORTADOR DE

DEFICIÊNCIA/TRANSTORNO

BIBLIOGRAFIAS

- BALESTRA, M. M. M. A psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade. Curitiba: Ibpx, 2007.
- CARMO, J. dos S. Fundamentos psicológicos da educação. Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Psicologia em Sala de Aula).
- FERRARI, M. Howard Gardner, o cientista das inteligências múltiplas. Nova Escola, 1 out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1462/howard-gardner-o-cientista-das-inteligencias-multiplas>.

DISCIPLINA:

METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Neste material os seguintes assuntos serão abordados: análise do conceito de deficiência, diferença e diversidade e os discursos de normal, normalidade e anormal, inclusão e exclusão. Estudo dos princípios emanados pela Declaração Mundial de Educação para

Todos, Declaração de Salamanca, Convenção de Guatemala, Declaração de Jomtien, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; análise das últimas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e definição das terminologias utilizadas para o público-alvo da Educação Especial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DISCURSOS DE NORMAL E ANORMAL – HISTÓRICO
O CONCEITO DE NORMALIDADE NAS DIFERENTES CULTURAS
INCLUSÃO E EXCLUSÃO
OS PADRÕES DA SOCIEDADE
A DIVERSIDADE E O RESPEITO AO DIFERENTE

AULA 2

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
PERSPECTIVA ASSISTENCIALISTA
SEGREGAÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL
MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
ORGANIZAÇÃO ATUAL

AULA 3

AS PRIMEIRAS CONQUISTAS LEGAIS
LEI N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961
A CONSTITUIÇÃO DE 1988
LDB 9.394/96 – GARANTIAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL
LEI 12.796/2013

AULA 4

DECLARAÇÃO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO PARA TODOS
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA
CONVENÇÃO DA GUATEMALA
DECRETO N. 3.956/2001
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AULA 5

POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA
DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
LIBRAS
ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO
TERMINOLOGIAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

AULA 6

DECRETO N. 5.626/2005
NOTA TÉCNICA N. 46/2013
NOTA TÉCNICA N. 06/2011
NOTA TÉCNICA N. 09/2010
PARECER TÉCNICO N. 71/2013

BIBLIOGRAFIAS

- CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.
- SABBATINI, R. M. E. A história da terapia por choque em Psiquiatria. Revista Cérebro e Mente, 2016. Disponível em: <http://www.cerebromente.org.br/n04/historia/shock.htm>.
- TRIPICCHIO, A.; MOREL, B.-A. M. (1809-1873). Revista Redepsi, 2008. Disponível em: <http://www.redepsi.com.br/2008/02/20/morel-b-n-dict-augustin-1809-1873>.

DISCIPLINA:

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE

RESUMO

A disciplina aborda com mais amplitude os temas de diversidade, diferença, e questões culturais e sociais contemporâneas, como gênero, sexualidade, relações raciais e étnicas, relações etárias e geracionais e educação especial. Tais questões estão no centro de muitos debates atuais. Pensar as diferenças a partir de uma perspectiva plural é fundamental para todos (as) que se debruçaram a estudar qualquer área das humanidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITUAR A DIVERSIDADE
OS DEBATES DE DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO
ESTABELECIDOS E EXCLUÍDOS – SITUANDO A DIFERENÇA
ENTENDENDO ALTERIDADE, DIVERSIDADE, DIFERENÇA E CULTURA
DIVERSIDADE NA LDBEN

AULA 2

O QUE É GÊNERO?
O QUE É SEXUALIDADE?
GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO
GÊNERO E SEXUALIDADE NA SALA DE AULA
CONQUISTAS PARA O FUTURO

AULA 3

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL
AS DIFERENTES RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA SALA DE AULA
CONQUISTAS PARA O FUTURO

AULA 4

QUESTÕES DE CLASSE E DE STATUS
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL
CAMPO E CIDADE
CURRÍCULOS E PROJETO PEDAGÓGICO
CULTURA E AS DIFERENÇAS DE CLASSE

AULA 5

EDUCAÇÃO ESPECIAL

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
DIFERENÇAS GERACIONAIS
POLÍTICAS DE INCLUSÃO
A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

AULA 6

REPENSANDO A DIVERSIDADE
RELACIONAR OS TEMAS
DISCRIMINAÇÃO E EDUCAÇÃO
BULLYING E O ESPAÇO ESCOLAR
A ATUAÇÃO EM SALA DE AULA

BIBLIOGRAFIAS

- CORREA, R.L.T. Cultura e Diversidade. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- MICHALISZYN, M.S. Educação e diversidade. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- RODRIGUES, T.C.; ABRAMOWICZ, A. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, 2013.

DISCIPLINA:

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA E SURDOCEGUEIRA

RESUMO

É impossível tratar de inclusão na esfera educacional sem mencionar a Educação Especial. É por meio dela que a caminhada rumo à educação inclusiva se inicia. Dessa forma, será possível perceber que, apesar de ser uma necessidade social inerente, a inclusão, na maioria das vezes, não acontece de forma adequada. Para que isso ocorra, é necessário, primeiramente, que a sociedade entenda a diferença como uma característica construtiva que tende a agregar valores e um novo olhar sobre o meio em que estamos inseridos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?
HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL
DÉCADA DE 1970, UM MARCO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
TRAJETÓRIA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL
DEFICIÊNCIA – CLASSIFICAÇÃO E CONCEITUAÇÃO

AULA 2

AS DIFERENTES NECESSIDADES ESPECIAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
DEFICIÊNCIA VISUAL
DEFICIÊNCIA AUDITIVA
DEFICIÊNCIA FÍSICA
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

AULA 3

O QUE É ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A QUEM ELE SE DESTINA
POLÍTICA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

RECURSOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS
RECURSOS EDUCACIONAIS DIRECIONADOS AOS DIFERENTES TIPOS DE DEFICIÊNCIA
ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DOS PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

AULA 4

PANORAMA ATUAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
OS PARADIGMAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, UM DIÁLOGO POSSÍVEL
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO
OS DESAFIOS DA ESCOLA

AULA 5

APRENDIZAGEM E NEUROPLASTICIDADE
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO AMBIENTE EDUCATIVO
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E A DEFICIÊNCIA
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM X TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM
TIPOS DE TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM

AULA 6

DOENÇAS CRÔNICAS E O AMBIENTE ESCOLAR
TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM – DISGRAFIA
DILEXIA
DISCALCULIA DO DESENVOLVIMENTO
TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH)

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm.
- BRASIL. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm.

DISCIPLINA:

METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO

RESUMO

A educação é um meio único para trazer mudanças sociais, porém, devido às diversas mudanças na sociedade, surge a necessidade de introduzir mudanças também no sistema educacional. Neste contexto, as metodologias devem oportunizar o cumprimento dos objetivos desejados. Sendo assim, para que os estudantes se tornem participativos, torna-se fundamental a adoção de metodologias que os envolvem e atividades cada vez mais criativas e elaboradas. Nesse sentido, para tratar dessas possibilidades as Metodologias Ativas se tornam essenciais, pois a partir delas se concebe a sala de aula como um espaço vivo, de trocas, resultados e pesquisas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É ENSINO?

METODOLOGIAS DE ENSINO

METODOLOGIAS ATIVAS: CONCEITUAÇÃO

SURGIMENTO DAS METODOLOGIAS ATIVAS: CONTEXTO HISTÓRICO

AULA 2

METODOLOGIAS ATIVAS E TEORIAS DA APRENDIZAGEM

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA – CONCEITO

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA – HISTÓRICO

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E SUA RELAÇÃO COM AS METODOLOGIAS ATIVAS

AULA 3

METODOLOGIAS ATIVAS E FORMAÇÃO DOCENTE

METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS

METODOLOGIAS ATIVAS E A FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

TIPOS DE METODOLOGIAS ATIVAS

AULA 4

CULTURA DIGITAL

APRENDER COM TECNOLOGIAS: NOVOS CAMINHOS

A SALA DE AULA HOJE: ESPAÇOS DIVERSOS

METODOLOGIAS ATIVAS, ENSINO A DISTÂNCIA E ENSINO HÍBRIDO

AULA 5

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O ALUNO E SUA RELAÇÃO COM A APRENDIZAGEM

O PAPEL DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

METODOLOGIAS ATIVAS COMO ESTRATÉGIA PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA

AULA 6

ESTUDO DE CASO E SALA DE AULA INVERTIDA

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS

GAMIFICAÇÃO, DESIGN THINKING E CULTURA MAKER

METODOLOGIAS ATIVAS E AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ABREU, J. R. P. de. Contexto atual do ensino médico: metodologias tradicionais e ativas – necessidades pedagógicas dos professores e da estrutura das escolas. 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ALENCAR, G.; BORGES, T. S. Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. Cairu em Revista, jul./ago. 2014, Ano 3, n. 4, p. 119-143.
- ARAÚJO, J. C. Fundamentos da metodologia de ensino ativa (1890-1931) – UNIUBE/UFU. 37. Reunião Nacional da ANPEd – 4 a 8 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.